

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.344 - SP (2019/0118528-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : B B C (MENOR)  
**RECORRENTE** : B B C (MENOR)  
**REPR. POR** : E A B  
**ADVOGADO** : VALÉRIA NAVARRO NEVES - SP120770  
**RECORRIDO** : A S C  
**ADVOGADOS** : ADEVAIR LINO FERREIRA - SP292680  
VANDERLEI SELEGUIN - SP400799

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. 1. CESSAÇÃO DO VÍNCULO SOCIOAFETIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE AFASTADA PELA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Na origem, A.S.C. ajuizou ação negatória de paternidade c/c anulação de registro civil contra B.B.C. e B.B.C, representadas por E.A.B. Sustentou que, na época da concepção, fazia aulas particulares com a mãe das requeridas, o que resultou em um curto relacionamento. Pontuou a existência de outros homens que também mantinham relação com E.A.B., e que sempre desconfiou da paternidade. Asseverou ter feito o exame de DNA o qual resultou negativo para a paternidade. Pleiteou pela exclusão de sua paternidade e a anulação do registro de nascimento das menores.

O Magistrado de primeiro grau julgou improcedente o pedido inicial e extinguiu o feito com resolução do mérito, com base no art. 487, I, do NCPC. Condenou o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados por equidade em R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

Interposta apelação, a Sétima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por unanimidade, deu provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 390):

Negatória de paternidade. Resultado de exame de DNA excludente da filiação biológica. Sentença de improcedência. Inconformismo do autor.

Acolhimento. Irrelevância da ocorrência de vício de consentimento no registro ou mesmo da existência de vínculo socioafetivo entre as partes. Prevalência da verdade real e do melhor interesse das adolescentes (art. 227, caput, da Constituição Federal; arts. 1.583 e 1.584 do Código Civil; arts. 1º e 6º do ECA). Conjunto probatório que não evidencia a paternidade socioafetiva, refutada pelo demandante. Manutenção de vínculo afetivo indesejado que geraria maiores danos às jovens. Precedentes. Sentença reformada. Recurso provido para julgar a ação procedente.

Nas razões do recurso especial, as recorrentes alegam dissídio jurisprudencial e ofensa aos arts. 10, II, 138, 139, II, 1.604, 1.609 e 1.610 do CC/2002; 489, § 1º, V, do NCPC; 1º, I, da Lei n. 8.560/1992. Pontuam que não pode prevalecer a pretensão do recorrido quanto à anulação do registro de nascimento de B.B.C. e B.B.C., visando excluir sua paternidade em relação a elas, diante do exame hematológico realizado que afastou o vínculo biológico.

Asseveram que a alegada dúvida sobre a verdade biológica, ainda que não absolutamente dissipada, mostrou-se irrelevante, desinfluyente para que o ora recorrido, procedesse ao reconhecimento das recorrentes como sendo suas filhas, construindo vínculo afetivo que, como relata o estudo técnico sociopsicológico, foi maculado por conta da realização do exame de DNA e o ingresso da presente ação judicial. Não se pode admitir, como no caso dos autos, a prevalência do vínculo biológico sobre o afetivo.

Sustentam que o julgador do Tribunal *a quo* valorizou tão somente a prova técnico-pericial do exame de DNA, não analisando e valorando devidamente a existência ou não do erro substancial, bem como da paternidade sociafetiva evidenciada, e o fundamento supracitado tomou como base o acórdão proferido no REsp 878.954/RS, que trata do reconhecimento da paternidade de filho havido na constância de casamento, diverso do caso dos autos, no qual as filhas havidas foram decorrentes de relação esporádica, conforme afirma o próprio pai/recorrido.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 511-521).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 527-528).

O Ministério Público Federal opinou pelo parcial provimento do recurso especial.

Brevemente relatado, decido.

Quanto à argumentação no sentido de que deve prevalecer o critério biológico, em razão da descontinuação do convívio das recorrentes com o pai registral, observa-se que as instâncias de origem, amplamente fundamentadas nas provas dos autos, concluíram pela inexistência de vínculo afetivo.

A decisão foi assim fundamentada (e-STJ, fls. 389-397):

Com efeito, na particularidade da hipótese, a teórica dúvida quanto à paternidade das requeridas restara afastada ante o teor do laudo pericial elaborado pelo IMESC, o qual cravou a verdade biológica sobre a exclusão da paternidade do recorrente em relação às apeladas (fls. 200/218).

Marque-se que, nas ações negatórias de paternidade o laudo técnico é a prova técnica fundamental e suficiente para comprovar a evidenciada inexistência de filiação biológica.

Destarte, há que se reconhecer a ausência de vínculo biológico entre o autor e as requeridas, não havendo base fática capaz de autorizar a renovação dessa prova, notadamente porque ausente demonstração cabal de eventual irregularidade, sequer articulada.

Em contrapartida, é imperioso considerar que a paternidade biológica não tem o condão de dar suporte à filiação, salvo no campo único e exclusivo do liame genético.

Isto porque, na linha do entendimento esposado na r. sentença de primeiro grau, a filiação socioafetiva, ainda que despida de ascendência genética, constitui uma relação paralela de fato a ser reconhecida e amparada juridicamente.

No caso em testilha, respeitado o entendimento exarado pelo ilustre Magistrado a quo, as fotografias colacionadas às fls. 124 e seguintes não evidenciam a existência de socioafetividade.

Ao revés, observa-se apenas que os registros datam do batizado das apeladas, ainda com tenra idade (fls. 124/127), inexistindo fotografias ou outras provas recentes que possam induzir à conclusão oposta quanto ao momento atual, ou mesmo durante os quinze anos das apeladas.

(...)

Infere-se que o primeiro exame hematológico fora realizado há quase três anos (09/11/2015 fls. 19/22).

Da prova testemunhal, por sua vez, não deflui a constatação da posse do estado de filho do autor em relação às demandadas.

Sublinhe-se que a informante Tereza relatou que, após as menores completarem dez anos de idade, romperam o relacionamento; as testemunhas do autor, Fabrizio e Milton, igualmente, não atestaram a

existência de vínculo afetivo entre aqueles.

De igual forma, as testemunhas arroladas pelas rés não corroboraram a suposta socioafetividade, chegando o depoente Benedicto a afirmar que a última vez que “viu o autor buscando as meninas para passear foi há sete anos”.

Outrossim, o recorrente nega peremptoriamente a existência de vínculo afetivo com as recorridas, salientando que houve um afastamento natural desde a fase de pré-adolescência destas, as quais contam, atualmente, 15 anos de idade (fls. 15/16).

Destaque-se que a orientação do C. Superior Tribunal de Justiça posicionou-se no sentido de que o êxito em ação negatória de paternidade, em conformidade com os princípios do Código Civil e da Constituição Federal, depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência da origem biológica e de que não tenha sido constituído o estado de filiação:

(...)

Em suma, não sendo veraz a paternidade declarada, impor-se-ia acolher a pretensão e arredá-la do registro civil (artigos 1.604 do CC), dado não ser aceitável a manutenção de assento dissociado da realidade, pois não é lícito atribuir a alguém falsa filiação calcada em declaração de paternidade não verdadeira.

Sob outro aspecto, na hipótese sub judice, reprise-se que o conjunto probatório não evidencia a constituição de vínculo socioafetivo.

Logo, para superar o entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça e afirmar que o referido vínculo existe, seria imprescindível a análise do conjunto fático-probatório do feito, providência vedada pela orientação contida no enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte, acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea c do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, Terceira Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, Quarta Turma, DJe 15/10/2018.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte ora recorrida em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator